

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 126.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 17 de Agosto de 1971 — (3.<sup>a</sup> Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Cafazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiatti Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Alvaro Dias, Paulo Camargo, Sebastião Rodrigues Júnior e Santos Lima (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O .**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETARIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE :**

**REQUERIMENTOS :**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente :

Tendo em vista a Portaria n.º 1.162-71, da Secretaria de Educação e Cultura, publicada no Diário Oficial do Estado n.º 11, de 16 de março de 1971, que autorizou, em caráter excepcional, o funcionamento do Grupo Escolar "Cruz do Pilarzinho", desta Capital, sem ônus para o Estado, Requeiro, na forma regimental, sejam solicitadas ao ilustre titular daquela Pasta, por intermédio da douta Mesa, as informações seguintes :

a) Quais as razões determinantes da autorização em caráter excepcional, do funcionamento daquele estabelecimento de ensino ?

b) Por que esse funcionamento foi autorizado sem ônus para o Estado ?

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1971.

(a) Nelson Buffara.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente :

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais, e após ouvido o

Plenário, requer a Vossa Excelência que encaminhe apêlo ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, no sentido de que determine uma série de providências administrativas, a fim de minimizar o número de acidentes que vêm ocorrendo na "Rodovia do Café".

Referidas providências dizem respeito à criação de uma Patrulha volante, postos de primeiros socorros, serviço de rádio e veículos com guincho, que possam realizar maior fiscalização e assistência aos que se utilizam daquela Rodovia.

Por outro lado, segundo o depoimento de vários acidentados naquela Rodovia, o péssimo estado do asfalto entre Curitiba e Apucarana, bem como a ausência de sinalizações, têm sido a causa principal das ocorrências que já ocasionaram, nos últimos 30 dias, 46 acidentes de trânsito, nove mortes e 37 feridos, conforme os próprios dados do órgão policial de Ponta Grossa.

As providências a serem determinadas pelo DER são de máxima urgência, e têm alto sentido humano, motivo pelo qual aguardam-se suas efetivações.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1971.

(a) Hélio Manfrinato.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência seja encaminhado apêlo ao Excelentíssimo Senhor Doutor Lineo Klüppel, Digníssimo Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, no sentido de que adote providências administrativas dilatando os prazos para o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, a fim de que acompanhem os relacionados à venda dos produtos.

Esta providência, se adotada pela Secretaria da Fazenda, teria o condão de solucionar sérios problemas hoje defrontados pelos nossos meios econômicos, principalmente de capital de giro. Referida iniciativa colocaria, ademais, o Estado em situação igualitária às demais unidades da Federação, que já vêm adotando há vários anos.

A verdade é que o prazo hoje fixado pela Secretaria da Fazenda, para o mencionado recolhimento, se constitui em obstáculo intransponível para os nossos anseios de progresso.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 1971.

(a) Nivaldo Krüger.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, no sentido de serem tomadas providências quanto ao desmoronamento que vem ocorrendo em frente ao Hospital Regional de Caridade Nossa Senhora Aparecida, em União da Vitória, localizado às margens da estrada que demanda daquela cidade à nossa Capital, BR-476.

O desmoronamento vem ocorrendo em virtude dos cortes de terras que foram efetuados pela Companhia Metropolitana de Construção, colocando em perigo as estruturas do referido Hospital, obra essa que foi edificada com muito sacrifício de sua população.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1971.

(a) Domicio Scaramella.

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 170-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de São Jorge do Ivaí, um Curso Colegial, para funcionar no próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1971.

**JUSTIFICATIVA:**

O Município de São Jorge do Ivaí, jovem e fecundo, do progressista norte paranaense, concentra enorme contingente estudantil e numeroso componente da faixa etária média com carência de unidades escolares.

O momento educacional brasileiro, pelo acentuado impulso à preparação intelectual e espiritual do homem, por si só justifica o desiderato deste Projeto; transformado em Lei e cristalizado o funcionamento do mencionado Curso Colegial, o estudante do Município em questão, pelo conforto oriundo da desnecessidade de deslocar-se para outro local, e pela contenção de dispêndios para esse deslocamento, aproveitará melhor o período escolar, terá mais recursos para aquisição de material educativo e ficará integrado, consciente e definitivamente, na vivência escolar e na vida de seu Município.

**PROJETO DE LEI N.º 171-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (A.P.A.E.) de Santa Mariana.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1971.

(a) Rosário Pitelli.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, vem prestando inestimáveis serviços à Sociedade de Santa Mariana, através da efetiva e eficiente assistência às crianças e adultos excepcionais.

Já mereceu ser declarada de Utilidade Pública no âmbito Municipal, em vista, justamente, da atividade desenvolvida.

Anexamos, para o exame mais acurado dos Senhores Deputados, o Estatuto da referida Associação, que foi fundada em 22 de agosto de 1970.

Portanto, nada mais justo que seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Mariana, para o que contamos com o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos que valorizar o que é nosso. De nada adianta ostentar um distico no meu carro, dizendo: "Brasil, ame-o ou deixe-o", se, por outro lado, por atos, palavras ou omissões, deixo de valorizar aquilo que é verdadeiramente brasileiro.

Foi com profunda tristeza, Srs. Deputados, que, ontem à noite fui ao Cine Condor, onde esta sendo exibido o filme nacional, bem feito, com técnica perfeita, "A Moreninha", extraído do romance de Joaquim Manoel de Macedo. Apenas quatro espectadores estavam lá. É absurdo que isso aconteça quando, em outros cinemas, em que se exibem filmes eróticos e de violência e de chanchada norte-americana, francesa e italiana, há filas imensas para se adquirir ingressos.

Por este motivo é que nós enche de satisfação o que está ocorrendo em Maringá. O Sr. Prefeito Municipal, através da Secretaria de Educação e Cul-

tura, promove um concurso de música brasileira, sertaneja. Assim, para valorizar o que é nosso, e para valorizar também aqueles que se interessam pelo que é nosso, estou encaminhando à Mesa o seguinte requerimento: **(Lendo):**

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, um voto de aplausos à Prefeitura Municipal de Maringá, pelo fato de, através a sua Secretaria de Educação e Cultura, promover o II Festival Sertanejo, com um concurso de músicas sertanejas.

Tal fato é motivo de júbilo, porque são raros os festivais e concursos que procuram motivar e valorizar a música realmente brasileira e que bem traduza as tradições de nossa terra.

A maioria dos festivais, infelizmente, desse gênero, têm se transformado, tristemente, em papel carbono de músicas importadas, apenas com arremêdo de brasileiras.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1971.

(a) **Antônio Lopes Júnior**".

Era só, Sr. Presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como dever de justiça, e lembrado pelo Deputado Erondy Silvério, nós, que na semana passada defendemos aqui desta Tribuna a solicitação do Deputado Domício Scaramella, que solicita um inquérito administrativo no 4.º Distrito Rodoviário de União da Vitória, a fim de apurar irregularidades que, segundo o autor do requerimento, estão sendo praticadas lá naquele Distrito, pelo engenheiro-chefe responsável, voltamos à Tribuna, hoje.

Quero afirmar ao nobre Deputado Domício Scaramella que, independente e antes mesmo de seu requerimento, de sua solicitação chegar às mãos do diretor do DER, o órgão responsável por aquele setor, o Sr. Governador do Estado já determinou que se proceda uma sindicância, um inquérito, a fim de que se apurem responsabilidades.

Pego escusas ao nobre Deputado Domício Scaramella, pois pretendia usar da Tribuna no Grande Expediente, a fim de que, segundo seu desejo, S.Exa. pudesse me apartear, mas, infelizmente, o Grande Expediente já se encontra todo tomado. Então, tomo a liberdade, atendendo à solicitação da parte interessada, que me pediu que transcrevesse e transmitisse a esta Casa cópia do ofício que encaminhou ao diretor do DER, e que trago ao conhecimento dos Srs. Deputados.

**(Lendo):** "Curitiba, 12 de agosto de 1971.

Exmo. Sr. Eng. Wilson Ribeiro de Souza

M.D. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Prezado Senhor:

Os abaixo-assinados, Prefeitos respectivamente dos Municípios de Gal. Carneiro, Pôrto Vitória, Cruz Machado, Paula Freitas, Paula Frontin, Mallet e Bituruna, considerando os repetidos e caluniosos ataques que vem sofrendo o Eng. Residente do Quarto Distrito Rodoviário do DER, por determinado Deputado da oposição na Assembléia Legislativa do Estado; considerando que as versões divulgadas pelo referido Deputado, sendo propositadamente mentirosas, poderão provocar uma imagem negativa da Região Sul do Paraná; considerando que as maldosas acusações poderiam suscitar intranquilidade e perturbações que afetariam o clima de saudável harmonia que tem sido a constante das relações entre os governos locais e os órgãos públicos estaduais; considerando o empenho de todos os setores responsáveis da região em conferir uma atuação pública afinada com os princípios revolucionários ditados pelo Presidente Emílio G. Médici, cuja premissa é Segurança e Desenvolvimento; considerando

que a omissão neste momento poderia ser entendida como alheamento ou aprovação tácita das pérfidas acusações do mencionado Deputado; considerando, finalmente, que como Prefeitos Municipais cumpre-nos zelar pelo bom nome e honra de nossas instituições, vem, pela presente, comunicar e declarar a Vossa Senhoria o seguinte:

a) As estradas de revestimento primário das quais nossos Municípios têm vital dependência e cuja conservação e melhoramentos estão sob a responsabilidade do 4.º Distrito Rodoviário, encontram-se — apesar das reitadas chuvas que têm assolado a região — encontram-se em PERFEITAS condições de trânsito.

b) O Sr. Engenheiro Chefe do 4.º Distrito tem sido incansável e extremamente prestimoso no sentido de atender à todos os pedidos que tenham pertinência à conservação e melhoramento da estrutura viária que atende aos Municípios supra citados.

c) O 4.º Distrito Rodoviário nunca hesitou em atender, dentro de suas possibilidades, todas as reivindicações e solicitações de interesse comunitário, e isso sem distinção de qualquer natureza.

Resta-nos, pois, congratularmo-nos mais uma vez com a eficiente administração que Vossa Senhoria vem confiado ao Departamento que dirige, sempre atento às suas finalidades públicas e contribuindo, assim, para a grandeza de nosso Estado e da Nação.

Sendo o que nos cumpria manifestar, reiteramos nossos votos de real estima e elevada consideração, subscrevendo-nos

Atenciosamente

(aa) Prefeito de Gal. Carneiro  
Prefeito de Porto Vitória  
Prefeito de Cruz Machado  
Prefeito de Paula Freitas  
Prefeito de Paula Frontin  
Prefeito de Mallet”.

Como disse de início, não entrando no mérito e nem nesta briga, transmitti ao nobre Deputado Domicio Scaramella as medidas tomadas pelo Sr. Governador Haroldo Leon Feres, mas não poderia fugir...

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lembra ao nobre orador que resta apenas um minuto.

O SR. JOÃO MANSUR — Obrigado!... mas não poderia fugir à solicitação que me fôra feita pelo indiciado, razão porque, no cumprimento do meu dever, achei por bem dar conhecimento a esta Casa deste memorial subscrito por seis ou sete Prefeitos da região que está subordinada ao 4.º Distrito Rodoviário, com sede na cidade de União da Vitória. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Com muito prazer ouvimos a leitura feita pelo Líder do Governo nesta Casa, Sr. Deputado João Mansur, de um Memorial enviado por alguns Srs. Prefeitos, ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem. É uma oportunidade que se nos apresenta, Sr. Presidente e Srs. Deputados, primeiro, a dizer que os signatários deste Memorial — quero aqui, nesta oportunidade, de público, pelo conteúdo deste Memorial — são mentirosos, Srs. Prefeitos mentirosos, eis que se fala aqui em sete Srs. Prefeitos que assinaram o Memorial, ou o Requerimento, ao Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, e apenas seis assinaram; então este documento é mentiroso, como mentirosos os seis Srs. Prefeitos, com referência às estradas que estão subordinadas ao 4.º Distrito.

Faço um apêlo aqui, neste instante, ao nobre Deputado João Mansur, que, se ele não nos der a honra de nos acompanhar, que então designe alguns Deputados da Aliança Renovadora Nacional para, em nossa companhia, visitar,

"in loco", todas as estradas que aqui temos reivindicado, na sua maioria subordinadas ao 4.º Distrito.

Não vou me alongar em todos os detalhes, porque no Pequeno Expediente o horário é escasso; vou me referir novamente ao assunto, quando da Explicação Pessoal, a que vou me inscrever, e oportunamente virei a esta Tribuna dizer dos motivos deste Memorial, ou deste Requerimento ao Sr. Diretor Geral do DER. Não venham eles aqui querer envolver o pedido de inquérito administrativo, com o problema das estradas subordinadas ao 4.º Distrito!

Pedimos aqui, nesta Casa, a abertura de um inquérito. Oportunamente, após ser realizado este inquérito administrativo, nos pronunciaremos novamente nesta Tribuna. Fica aqui, o meu convite ao sr. Deputado João Mansur, Líder do Governo, para que, se não contarmos com a sua companhia, designe alguns Srs. Deputados para visitar "in loco" estas estradas.

Agradeço esta oportunidade, que me possibilitou chamar os Srs. Prefeitos de mentirosos, porque um documento como este, que traz no seu bôjo sete Prefeituras e assinam apenas seis Prefeitos, não tem valor este documento. Desculpem-me os Srs. Prefeitos, que se acham ausentes deste recinto. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, no Pequeno Expediente, sr. Deputado Antônio Belinau.

(Não comparece à Tribuna).

Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Sr. Deputado Hélio Manfrinato, primeiro orador inscrito.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Há dias passados, compareci no Pequeno Expediente desta Casa, falando com referência ao trecho que se entende, a Estrada do Café.

Pois hoje, Srs. Deputados, no seu bôjo, um guincho para o primeiro pósto da Polícia Rodoviária, localizado na saída de Curitiba, aonde tantos acidentes têm ocorrido.

A exemplo, no jornal de hoje, a própria Polícia da Capital cita que num prazo decorrido de 30 dias, 46 acidentes de trânsito já ocorreram havendo 9 mortos e 36 feridos. Pois no trecho que subentende de Curitiba a Apucarana, não se encontra, Sr. Presidente e Srs. Deputados nem uma patrulha rodoviária. No caso de acidentes, às vezes se poderia até salvar algumas vidas, mas aqueles que viajam neste trecho da Estrada do Café acabam morrendo, em estado grave, por perda de sangue, e ninguém os toca, à espera de um policial ou de de um responsável pelo Serviço de Trânsito.

Imaginem os Senhores que, se isso continuar, sem a fiscalização da Polícia Rodoviária, com o trânsito aumentando dia a dia, as fábricas, com carros de alto volume e de grande unidade, seria, talvez o motivo pela qual os acidentes aumentam, e a fiscalização se ausenta. Neste dia, tivemos também a oportunidade de verificar, no trecho Apucarana, inclusive o próprio Presidente da Casa, Deputado Wilson Fortes, pôde constatar comigo, o caso de um cidadão que se acidentou no trecho ou a 70 ou 80 quilômetros aproximadamente de Apucarana, com destino a Ponta Grossa, num caminhão de propriedade do Instituto Brasileiro do Café, e que, no momento da explosão do veículo, o cidadão acabou morrendo totalmente queimado. Não pude constatar isso pessoalmente, mas segundo as notícias trazidas através dos jornais, esse homem morreu totalmente carbonizado. Geralmente, a Polícia só chega a tomar conhecimento desses acidentes, cinco horas depois do ocorrido, isto, quando existe realmente naquela hora, um policial destacado, a serviço do trânsito. É pois o objetivo do nosso requerimento, Srs. Deputados, solicitar um guincho para o primeiro Pósto da Polícia Rodoviária, a fim de evitar que os carros que tombam naquele local fiquem sobre a pista, ainda possibilitando outros acidentes, com outros veículos, que não têm conhecimento do que se passa naquela rodovia. Eis pois, Srs. Deputados, a necessidade imediata de um guincho no primeiro Pósto da Polícia Rodoviária. E, ao mesmo tempo, requero, sr. Presidente, a criação de uma Patrulha Rodoviária, mecanizada, in-

clusivo com rádio, que deverá percorrer todo este trecho, a fim de que o respeito possa ser mantido em definitivo, e através desta fiscalização aprimorada, evitar-se assim que os acidentes se repitam, ceifando tantas vidas, por falta de uma fiscalização por parte do DER que infelizmente não tem elementos à altura, capacitados para este fim, ainda mais em se tratando de um trânsito de tanto movimento.

E no trecho a que me refiro, sr. Presidente e Srs. Deputados, também não há sinalização, o que contribui em grande parte para o número elevado de acidentes que se repetem naquela estrada.

Esta é uma crítica construtiva, pois é necessário que se observe aqui, que numa artéria de tanto movimento como esta, não se tem nem acostumado na estrada. Existe em alguns lugares. Isto é necessário que o Diretor do D.E.R. observe, pois é a estrada de maior circulação e que traz todo o movimento, a produção do Norte para a nossa Capital e para o Porto de Paranaguá. Ainda, Srs. Deputados, gostaria de contar com o apoio dos Senhores neste sentido, pois o caso é verídico está aí como testemunha a olhos nus. Peço ainda, Sr. Presidente, srs. Deputados que colaborem neste sentido, nesta incorporação da fiscalização da Patrulha Rodoviária motorizada neste trecho que se estende entre Curitiba e Ponta Grossa.

O sr. Antônio Lopes Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado Hélio Manfrinato, quero congratular-me mais uma vez com V. Exa., por trazer à consideração desta Casa assuntos que dizem de perto ao interesse da coletividade. Isto que V. Exa. abordou é de uma importância extraordinária, e devemos dizer com tristeza, podemos dizer que esta estrada, apesar de construída há alguns anos, não está completada, porque uma estrada só está completa quando pronto o seu acostamento. Estes ainda não foram feitos. É lamentável que se inaugure uma estrada desta natureza, sem que esteja completa, e em torno da qual se faça tanta propaganda.

O SR. HELIO MANFRINATO — Obrigado pelo aparte e compreensão com referência ao requerimento, que nós encaminhamos à Mesa, e voltaremos ligeiramente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para falar a respeito do Instituto de Assistência ao Menor do Paraná. Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje em letras garrafais, surgiu nos jornais desta Capital, a história de Campo Comprido. Mas como não estou inteirado do assunto e que não é do meu conhecimento, pois nem conheço ainda esta cidade, ou este Município, mas gostaria, Srs. Presidente e Srs. Deputados, de trazer ao conhecimento desta Casa o que se passa com referência ao IAM. Pois na minha cidade, Cianorte, lá existe a Casa das Crianças, ou seja o Lar Infantil Alan Kardec com diversas crianças. Sabem os Srs. perfeitamente sem pais e sem mãe, inocentes que foram lá levados, para encontrar o apoio e o calor daqueles que têm o coração humano e que administram aquele Lar. E hoje se encontra em perfeito abandono por esta entidade, Instituto de Assistência ao Menor, ou seja IAM, sediado em nossa Capital, pois se nota também nos jornais de hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que nem os funcionários que ali trabalham recebem seus vencimentos. Os Srs. já pensaram, Sr. Presidente, aquelas crianças e aqueles pequeninos fechados através de muros altos, a sua voz e seu choro, talvez o responsável por isto ele não escute, não ouve, mas lá as crianças estão chorando de fome e isto não acontecia, e agora começa a se passar esta estória, este drama no Paraná. Acredo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós podemos chegar a esta consequência, mas nosso pronunciamento, nossa voz e nossas forças se levantam na esperança de que Deus ajude, que cada dia arreme um pedaço de pão que se possa comer.

Mas, lamentavelmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a ocorrência no Lar das crianças pobres, dêsse inocentes cujas vozes, chorando ou gritando, seria o mesmo que gritar no deserto do Saara. Ali não têm a carícia da mãe, o carinho do pai. E ali, Srs. Deputados, está esquecido este Instituto de Assistência ao Menor.

Pediria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao Sr. Líder do Governo, e ao Sr. Vice-Líder do Governo, que levassem ao conhecimento do Ilustre Gover-

nador do Estado, que talvez ele não tenha conhecimento desta ocorrência; que talvez os seus responsáveis não sintam no coração a alma de um inocente que neste instante chora de fome, por este Paraná afora.

Fico aguardando a resposta a este meu pedido, a esta minha denúncia, com a confiança que tenho nesses homens corretos e de tanta relevância, que representam o Governo nesta Casa, para que se cale, para ver o silêncio, desses inocentes sem pai e sem mãe. (Muito bem). (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Recebi um telegrama da Assembléia do Rio Grande do Sul, da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, naquela Casa. Achei que este telegrama deve ser conhecido pelos integrantes deste Legislativo e, especialmente do Presidente da Casa, porque, sr. Presidente, o nobre Deputado da Oposição, deputado Nivaldo Soares, informa-me de que deixou a oposição de comparecer ou de integrar a Comissão de Membros do Rio Grande do Sul, no encontro das Assembléias em Camburiú, simplesmente porque o Presidente daquela Assembléia, da Aliança Renovadora Nacional, não participou a oposição do fato. E leio este telegrama para demonstrar o procedimento diverso tido pela direção da nossa Assembléia neste caso, representada pelo Presidente, Deputado Wilson Fortes, que ao receber o convite para a reunião em Camburiú, imediatamente comunicou à Oposição, convidando-a para que comparecesse a Bancada do Paraná naquele encontro.

Quero dizer, Srs. Deputados, que atitude como a do Paraná, da Assembléia do Paraná, merece destaque e, da parte da Oposição, devemos evidenciar a maneira democrática como se comportou nosso Estado. Aliás, foi a única representação eminentemente democrática. O Rio Grande do Sul teve um comportamento que foi reprovado, com atitudes que não estão à altura da grandeza daquele Estado, adotadas pelo Presidente daquela Assembléia no Encontro de Camburiú. Na Bancada Catarinense notou-se o desentrosamento, a luta entre blocos. Nós, do Paraná, fomos os únicos que tínhamos em vista um objetivo maior, o objetivo do fortalecimento do regime democrático. Lá estivemos esquecidos das nossas origens político-partidárias, congraçados num único objetivo, o de engrandecer a vida pública nacional. Lá estavam homens da Oposição, e da situação, todos unidos no mesmo sentido de engrandecer a vida pública brasileira.

O sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Hoje à tarde, liamos um recorte do jornal "Correio do Povo", editado em Porto Alegre, no qual o Presidente da Assembléia do Rio Grande do Sul dizia que o Encontro dos Presidentes das Assembléias Legislativas, realizado em Camburiú, encontrou os seus objetivos. Como princípio fundamental ficou estabelecido um outro tipo de comportamento entre os que militam na política, porque desta forma, e com este tipo de comportamento, exemplar em todos os setores, o Poder Legislativo voltará a encontrar o seu verdadeiro destino, voltará a recuperar o prestígio que, lamentavelmente, agora não possui. Ao mesmo tempo em que dizia palavras desta natureza, tomava atitudes como a que V. Exa. neste momento transmitiu à Casa, atitudes lamentáveis sob todos os aspectos. E V. Exa. vai mais além, salientando que verificou o mesmo com relação ao vizinho Estado de Santa Catarina. Porisso é que há necessidade, não só do prestigiamento que foi dado pelo eminente Deputado Wilson Fortes, mas um comportamento exemplar por parte de todos os Deputados que compõem os Legislativos brasileiros, pois só desta forma poderá ser encontrado o verdadeiro prestigiamento para os Legislativos, o qual lamentavelmente não existe e, se existe, é em condições inferiores às de épocas passadas. Não basta tomar atitudes desta natureza — "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço".

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte e V. Exa. tem toda a



razão ao fazer êste destaque. Realmente, de nada adianta os representantes políticos afirmarem uma coisa, com palavras bonitas, e agirem diversamente como se verifica no Rio Grande do Sul. Com esta incoerência praticada por suntuosos homens públicos, jamais teremos o aperfeiçoamento do regime democrático.

Assim, Sr. Presidente, analisamos neste pequeno pronunciamento, o comportamento que nos pareceu corretíssimo do Presidente do Legislativo paranaense que ali se impôs. Aliás, o nosso Legislativo foi o único que para lá conduziu teses substancial e que, ali defendida e discutida, foi aprovada.

Quero, complementando o meu pronunciamento, dizer que não é nós aglomerados interesseiros que encontraremos os caminhos para a vida pública nacional, mas sim, nos blocos que comungam dos mesmos ideais é que faremos o engrandecimento da vida pública brasileira.

Nós lutamos para isto. O MDB tem tido um comportamento no País tendo em vista, exatamente, o engrandecimento da vida pública, a melhoria da vida pública, e não será com atitudes praticadas como a do Presidente da Assembléia Legislativa gaúcha, faccioso, ditatorial, não cumprindo o Regimento Interno de seu Estado, que faremos a melhoria da vida pública brasileira, que faremos aquilo que reivindicamos em Camburiu, a revitalização do Poder Público. A austeridade do Poder Legislativo, está, evidentemente, ligada ao comportamento dos que integram o Poder Público. Não teremos um poder austero, de autoridade, se gaiatos e marotos são, os seus integrantes.

Jamais teremos um Poder Legislativo austero, sério, responsável, com homens que não têm seriedade, com homens facciosos, com homens odiosos. Teremos um Governo grande, isto sim, com atitudes altas e grandes de seus membros. E atitude grande e alta teve o Paraná em Camburiu. E ao fazer êste pronunciamento fico perfeitamente à vontade.

Sabemos o que ocorreu antes de 64 e depois de 64, e o que está ocorrendo. Com êsse comportamento não fortaleceremos o Poder Legislativo.

Agora, Srs. Deputados, quero lembrar de uma forma muito especial ao Governo do Estado, no sentido de colaboração. Existe, no Paraná, uma região chamada Guarapuava; que existe, no Paraná, um Município chamado Pinhão. Quero lembrar ao Governo, porque êle pode ter esquecido, mas existem êsses municípios. Quero também lembrar que existe uma Faculdade de Filosofia na cidade de Guarapuava, cidade que é o centro geoeconômico de uma região que tem 150 anos. Quero lembrar ao Governo que existe êsse município, que existe essa cidade, que existe essa faculdade. Porque o Governo do Estado está esquecido, tem tanta coisa para fazer, inclusive, querem levar a Capital para o Norte. Imaginem só, Srs. Deputados! E eu quero aqui, modestamente, lembrar que existe uma região que tenho a honra de representar nesta Casa, em nome de cujo povo trago ao Governo, as suas reivindicações, os seus sofrimentos.

**O sr. Antônio Belinati — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento)**

Ilustre Deputado e Líder, V.Exa. acha que Guarapuava está sendo esquecida e que só lembramos o Norte. E eu como representante do Norte, devo dizer que nossa região precisa também ser lembrada pelo Sr. Governador do Estado. Não apenas como centro político mas como cidade. Londrina nada tem recebido. Mas não é no aspecto político que queremos que nossa região seja lembrada, mas sim no aspecto administrativo.

**O Sr. Muggiati Filho — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento)**

Nobre Deputado Nivaldo Krüger, como V.Exa. generalizou o Norte do Paraná, gostaria de fazer uma ressalva no que diz respeito a Arapongas, que também conta com uma Faculdade de Filosofia. E aquela comuna luta para que essa Faculdade seja reconhecida. E embora exista uma verba de cem mil cruzeiros incluída no Orçamento vigente, aquela Faculdade não conseguiu receber sequer parte dessa verba necessária para aquisição de material indispensável ao laboratório que deve organizar para que obtenha o reconhecimento.

De modo que gostaria que V.Exa. não generalizasse o problema com rela-

ção ao Norte do Paraná no tocante ao ensino. Apenas faço esse registro por uma questão de justiça e congratulo-me com o pronunciamento de V.Exa., principalmente por se tratar de uma matéria de real importância.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. e fico surpreso, desculpem-me os representantes da região Norte do Estado, pensava eu que tudo estava sendo encaminhado só para o Norte do Paraná. É verdade, como diz V.Exa. no Norte do Estado, algumas cidades também não recebem atendimento algum.

Queria lembrar um aspecto curioso da questão. Será que o Governo do Estado não sabe que o professor tem seus compromissos, precisa vestir seus filhos. Será que o Governo do Estado não sabe dessas coisas? Alegam não haver dinheiro, que o Governo anterior deixou o Estado individado. Não chego até lá. Mas vejo que há dinheiro para outras coisas. Quantos banquetes no Palácio Iguaçu, lembrando a velha Corte! Luzes! Luxo! Uisque escossês, mesa fartíssima, iguarias magníficas e os privilegiados da Corte em noites magníficas. Quem sabe se até a toque de violino, como se fazia nos velhos tempos de Luiz XV!!!

Riqueza esplendorosa no Palácio, miséria na mesa do professor. Será isso revolução? Será esta revolução que se prometeu ao Brasil? Não! creio que não! Há de haver uma distorção nisso tudo. Será essa revolução que prometeram ao Paraná? Será este estilo de Governo que o Presidente Médici queria para nosso Estado? Não creio que seja.

Enquanto isso recebo de Municípios da minha região, declaração de diretora de escola, dizendo que no mês de julho tiraram as professoras, e ficaram 116 crianças sem aulas. Manda o Governo Federal professora para alfabetizar adultos. Está ótimo isso. Retiram-se as professoras, as crianças ficam alfabetas e depois vem o MOBRAL para ensinar os adultos. Isso é "ótimo", é "excelente"!

Não creio que essa seja medida acertada. Não creio, não. Entretanto, é o estilo do Governo. Estão governando assim no Paraná. Tudo é magnífico, com maioria na Assembleia, com tudo à vontade, para fazer o que bem se entende.

Fica o nosso registro em nome do povo. Será, Srs. que não é hora de nós analisarmos isso com sobriedade e com objetividade? Será que o Governo do Paraná está dentro do programa do Governo Federal? Estamos vivendo tempos estranhos. O que vamos fazer? É assim mesmo. Mas que não fique sem registro. Aqui estamos na Tribuna para registrar o acontecimento.

Queria ainda lembrar o aspecto do tempo curioso que estamos vivendo. Sabem o que está acontecendo? Um conjunto de "hippies" grava o Hino Nacional e o sabão Rinsó — não estou ganhando para fazer propaganda, contudo o referido sabão toma conta da coisa, entrega a uma rádio, que toca a música de meia em meia hora, no estilo mais puro do iê-iê-iê, e diz que quem quiser adquirir o disco, troque duas caixas de sabão Rinsó e terá o Hino Nacional tocado pelo conjunto de iê-iê-iê. Fasmem. Os Deputados. E esta é a verdade basta ligar na Rádio Independência e lá VV.Exas. poderão ouvir isto.

Neste sentido estou encaminhando ao Procurador da República, Pedido de Informações para verificar se, realmente, se admite isto. Se agora pode-se vulgarizar, amanhã alguém vai querer vender cuecas nacionalistas. E ouviremos o seguinte: "Quem comprar uma caixinha com meia dúzia de cuecas A, B, C, levará os discos do Hino Nacional. É uma barbaridade. Aqui está o MDB para protestar contra a vulgarização do nosso Hino Nacional pelo processo da mercantilização. Que se mercantilizem as consciências de muita gente, mas que não se mercantilize coisa tão séria.

Pode ser que eu seja um dos quadrados que não estão enquadrados dentro daquilo que se convencionou chamar de modernismo. Não aceito que se prostitua assim o Hino de nossa Pátria.

Fica o nosso registro e o apelo à Mesa da Assembleia para que encaminhe imediatamente nosso requerimento ao Procurador da República pergun-

tando porque se procede desta forma. Se assim fôr, amanhã teremos todos os produtos brasileiros promovidos pelo Hino Nacional. Não aceito isto. Desculpem os Srs. Deputados se trago assunto desta natureza, mas entendo que assuntos desta "natureza" devem ser abordados aqui pela nossa Assembléa.

(Lê):

### " R e q u e r i m e n t o "

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, após ouvido o Plenário, que a Mesa da Assembléa Legislativa officie ao Senhor Procurador da República no Paraná, para que tome as medidas cabíveis quanto ao uso indevido do Hino Nacional Brasileiro, por parte de firmas comerciais, em suas propagandas de vendas, como acontece com a AGÊNCIA LINTAS, responsável pelo serviço de divulgação do Sabão Rinso.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 1971.

(a) — Nivaldo Krüger".

O Sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Se não me engano V. Exa. falou que em decorrência da transferência de professoras uma escola teria ficado...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Uma escola não, várias escolas.

O Sr. Ivo Tomazoni — ... 116 ficaram sem professoras, se entendi bem. Apenas à guisa de informação, quero prestar o testemunho do esforço que o Governo vem fazendo no sentido de que se promova, imediatamente, através de convênio com as Prefeituras Municipais, contratos de professoras.

Há poucos dias, nobre Deputado, não estou duvidando da informação de V. Exa...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Obrigado!

O Sr Ivo Tomazoni — ... apenas quero colocar as coisas nos devidos lugares para informar que o Governo está procurando dotar tôdas as escolas de professoras em número suficiente. Em decorrência de um concurso de remoção promovido pela Secretaria de Educação foram feitas transferências, não arbitrárias, mas por solicitação das professoras. Depois de muita luta no concurso de remoção, foram as ditas remoções concedidas.

Para que se evitasse o fechamento de escolas o Governador do Estado determinou que a Secretaria de Educação e Cultura fizesse, um repasse em importância não inferior a três milhões de cruzeiros, no sentido de estabelecer um convênio com os Prefeitos Municipais convênio que viria na ordem de 200 cruzeiros mensais por professora. Todos os Prefeitos estão cientificados que deverão remeter a relação de professoras normalistas ou estudantes da Escola Normal para, contratadas pela Prefeitura receberem, os professores, a importância correspondente a Cr\$ 200,00 mensais — por professora — para que se preencham os claros, as deficiências de professoras no meio rural principalmente. Era o testemunho que eu desejava dar, alertando o Prefeito dessa Comuna, que estaria com as escolas sem professoras, para que também proceda dessa maneira, a fim de que, recebendo dinheiro possa pagar a professora ou as professoras que lecionam nessa escola. Naturalmente resolveria este problema, que é grave, Sr. Deputado.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte do ilustre Deputado e eu creio no que V. Exa. diz, entretanto o processo é moroso, moroso através da burocracia. Veja o Sr. esta professora que aqui está, professora Edith Picosi, professora humilde do interior do Estado.

Manda-me uma carta com a frequência dos seus alunos, uma carta que comove qualquer brasileiro bem intencionado. Está lecionando há dois anos, por determinação da Inspeção do Ensino e não recebe os vencimentos. Apenas quero demonstrar como, com um pouco de boa vontade pode-se resolver o problema. Esta professora leciona para 40 crianças, com uma frequência formidável, e não recebeu até agora, os seus vencimentos. Não é justo que permitamos que esta criatura fique se dedicando, gastando energias para mi-

nistrar o ensino, quando nós sabemos que existem funcionários — aqui mesmo na nossa Assembléia — que nem sequer assinam o ponto e que ganham uma fortuna sem cumprirem o seu dever, quando uma professora está trabalhando, produzindo, ensinando. É necessária uma medida efetiva!

Comuniquei ao Sr. Secretário da Educação sobre este fato e até a Inspeção local não foi verificar o problema. É preciso que o Estado olhe com mais carinho para esses fatos.

**O Sr. Ivo Tomazoni** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não é uma indagação, mas eu faria a pergunta: — A professora, por certo não é do Quadro de Professoras da Secretaria da Educação; eu quero crer que seja professora municipal, autorizada a lecionar pela Inspeção Auxiliar de Ensino; se for a professora do Quadro da Secretaria, creia V. Exa., não estará com os vencimentos atrasados. Este é apenas um reparo que eu desejaria prestar a V. Exa. porque, quero crer, a solução do problema está mais ateta à Prefeitura Municipal e, se na relação de professoras contratadas pela Prefeitura, que mereça o convênio com a FUNDEPAR a professora estiver relacionada, já terá resolvido o seu problema. Não vamos culpar o Governo do Estado por erros que devem ser atribuídos à administração municipal.

**O SR. NIVALDO KRÜGER** — Eu vejo o fato da seguinte forma: é uma questão de vergonha de quem governa. Quando o Sr. Presidente da República diz, faz aquele apelo pela televisão e também o Sr. Ministro da Educação, no sentido de que todos se integrem, quem assiste televisão, sentado na sua poltrona, tem a impressão de que o problema de Educação está resolvido. Nunca! Estamos a milhares de quilômetros dos problemas educacionais. Eu não quero culpar este ou aquele, culpo todos, mesmo porque, todos pertencem ao mesmo esquema de Governo. Dizem os Prefeitos: — estamos integrados no mesmo processo de Governo, obedecemos a mesma linha governamental, e o Governo diz: — é preciso que os Prefeitos venham à área do Governo para resolverem os seus problemas, e os Prefeitos saem dos seus Partidos a pretexto de resolverem os problemas, porém aí fica tudo dentro da mesma panela, ninguém reage e quando reage, quando há reações, são no sentido de abafar os reclamos, e aí, recebemos cartas de pessoas que rogam, “pelo amor de Deus”, que não identifiquem o seu nome, para não receberem as pressões, para não receberem as perseguições dos Inspectores de Ensino, dos Inspectores de Quarteirões até, e de todos enfim, ante o temor da pressão governamental.

Tenho que dizer isto, em nome daqueles que não podem dizer de sua própria voz.

**O Sr. Antônio Belinati** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O assunto já passou, mas V. Exa. fez um brilhante pronunciamento nesta tarde, condenando aqueles famosos banquetes tão tradicionais, tão característicos, aqui no nosso Estado do Paraná.

E voltando a este mesmo assunto, devo dizer porque V. Exa. fez um paralelo aqui, da ajuda do Governo ao Norte, preterindo assim, o Sul do Paraná. Pois bem, acontece exatamente o contrário, principalmente na área em que nós representamos aqui mais de vinte e cinco mil eleitores. Mas na cidade de Londrina, ilustre deputado Nivaldo Krüger, os banquetes estão se tornando famosos e tradicionais. Desde que foi indicado para o Governo do Paraná, o sr. Haroldo Leon Peres, deve ter participado, somente em Londrina, de sete a dez banquetes. Agora, não temos conhecimento de nenhuma obra determinada especificamente para o Município de Londrina, pelo atual Governo.

Some V. Exa. o custo de um banquete e chegará facilmente à conclusão de que se pegarmos o dinheiro de sete a dez banquetes, e se formos aplicá-lo numa obra de grande serventia para o povo, estaríamos, quem sabe, em condições de levantarmos o alicerce de uma grande obra, fôsse em Londrina ou em qualquer outra cidade do Paraná.

**O SR. NIVALDO KRÜGER** — Muito obrigado. Realmente, V. Exa. tem razão.

**O Sr. Armando Queiroz** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O problema que V. Exa. está abordando, se enfeixa bem, no setor da Edu-

cação, naquele detalhe que são as Escolas Isoladas. Eu sempre soube, nobre Deputado, e sou testemunha disso, constatei por muito tempo, que este problema sempre existiu em todos os Governos. Talvez seja bem por isso, por ele existir, que o Ensino Rural hoje praticamente, está na esfera da competência do Poder Municipal. Mas a verdade é, que uma professora do Estado, de uma Escola Isolada, chega determinada hora, num dado momento, ela, por razões quase sempre humanas, também precisa mudar-se, ou porque o marido mudou de posição, ou porque ela tem filho que precisa continuar os estudos, e que por isso, precisa ir para uma cidade. Pois bem, eu me lembro que, anteriormente, e está aqui na minha frente o nobre Deputado Cândido Martins de Oliveira, que foi Secretário de Educação, só se permitia uma transferência quando houvesse compromisso da autoridade municipal, de preencher a vaga naquela escola, para que a escolinha não ficasse sem professora.

Pois bem, com isto, a Prefeitura foi tomando conta das escolinhas. E hoje, o nobre Deputado Ivo Tomazoni nos traz uma novidade dizendo, inclusive, que o Governador destinou uma verba de três milhões de cruzeiros, para que o Estado assumia compromisso de ordem financeira, junto às Prefeituras, para suprir este problema.

Indiscutivelmente, com esta medida, os Prefeitos sofrerão menos. Agora, com relação ao problema dos banquetes, como V. Exa. acaba de mencionar, é realmente um problema bastante sério, mas se nós olharmos para o mundo, para todos os países, nós vamos observar que o banquete, a festa, a recepção é usual, tradicional, é a norma. Assim é por aí afora, assim é no nosso País, na esfera federal, na esfera do Estado, na esfera dos demais Estados como aqui no Paraná. Sempre foi, seja este ou aquele Governo, porque é a maneira de se homenagear de se receber, de mostrar fidelidade a alguém importante, a alguma autoridade importante. Nas o Governo, eu me lembro, ofereceu-se um jantar às Forças Armadas, ao Comandante, ofereceram-se jantares a Embaixadores, ofereceram-se jantares a Delegações de Presidentes de Tribunais de todo o Estado, é a maneira, o uso, o costume, então, seria o fato de se mudar o costume em todo o País, em todo o mundo. É uma maneira social de se receber um convidado. Então, que se mude, que se alterem os costumes.

O SR. NIVALDO KRÜGER — V. Exa. tem razão quanto ao costume e para mim, o comportamento do Chefe do Governo nada mais é do que o comportamento de uma chefe de família ampliada. É o chefe da grande família estadual. Que diriam os credores de uma família em que os filhos não têm o que calçar, não têm o que comer e vêem o pai dar suntuosas festas. É isto que gera revolta. Tenho assistido grandes empenhos do Governo em neutralizar esta grande revolta do público, e tenho concluído que é preciso que se amaine, é a minha modesta contribuição, para que se amaine a revolta, porque não seria com revoltas que se resolveriam os problemas. Mas vejo, Sr. Presidente, quando o Governo arranca tributos, não esquece de cobrar o tributo, não esquece de arrancar por seus fiscais, com toda ferocidade, com multas até de 100%, de firmas que não podem pagar, firmas que vão até à falência. Precisamos evitar que setores que não são privilegiados se revoltem e não aceitem mais a ideia democrática. O que defendo é o princípio da liberdade, da democracia, da igualdade, para que amanhã, nós não fiquemos sozinhos nos palanques, nas praças públicas, falando a um povo que não entende mais a nossa linguagem; e isto, para que nós possamos ir para o interior do nosso Município, com autoridade e quando enfrentarmos áreas populares, possamos dizer com sinceridade: os problemas estão sendo enfrentados, e não manipularmos a verdade através de subterfúgios do poder, criando condições de coação, pois esta pode ser exercida por muitos meios. É esta a concepção política que tenho. Acho que se vivermos num País, num Estado pobre, que está em dificuldade, este Estado não pode gastar milhões em promoções. As revistas já estamparam as fotografias do Governador nestes meses de Governo. Será que estão fazendo de graça? Nunca fizeram, e se estão fazendo hoje, as revistas

merecem o apoio da Assembléia Legislativa, do Povo do Paraná, pelos belos olhos de seus governantes.

(Assume a Presidência o sr. Deputado Antônio Costa)

Tenho o meu ponto de vista político, que não posso deixar de expressar uma oportunidade destas, sob pena de, amanhã, nós não encontrarmos mais nas praças públicas, o povo disposto a votar. E daí, num futuro próximo, levanta-se uma liderança qualquer, sob a bandeira do extremismo, e teremos as massas atrás, fatalmente. Se assim continuarmos estaremos, fatalmente, desmoralizados com estes procedimentos. É porisso, é em defesa das prerrogativas democráticas, da liberdade, da democracia e de um conceito solidário de vida, que, hoje denuncio estes fatos da Tribuna da Assembléia Legislativa do Estado, Tribuna que me foi entregue por um povo sofrido, de uma região da minha Pátria, de uma região do meu Estado.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. NIVALDO KRÜGER — Já estava me despedindo, mas aceito, com prazer, o aparte de V. Exa.

O sr. Gilberto Carvalho — Deputado Nivaldo Krüger, não poderia deixar de solicitar de V. Exa. um aparte quando V. Exa. se referia à publicidade feita pelo Governo. Veja bem, V. Exa. no início do pronunciamento, disse que uma professora há dois anos não recebe seu salário. Posso garantir a V. Exa. que, amanhã, estará nas páginas dos jornais que várias professoras, há dois anos, estão sem receber. É preciso que o Governo divulgue, se ele não divulgar, se não tiver um meio de divulgação, levarão ao conhecimento do povo fatos como este. E talvez, lá no interior, o povo vá pensar que as professoras estão, há dois anos, sem receber, quando vamos ver, na realidade, que se trata de uma professora municipal. Existem Municípios que já receberam o mês de julho. Outros não receberam. Num Município vizinho ao meu, as professoras já receberam o mês de julho, as professoras do Ginásio; noutro Município não receberam ainda. A culpa não é do Governo. O boletim de frequência não veio, a culpa não é do Governo, a culpa é da Inspeção. Então, é uma falha que, às vezes, acontece, e o Governo é o responsabilizado. É porisso que precisa haver um entrosamento, a colaboração dos Prefeitos que tragam ao conhecimento do Governo essas falhas, para que isso outra vez não aconteça.

V. Exa. se referia às professoras que foram removidas de um Município que ficou sem professora e os alunos sem escola. Veja bem V. Exa. onde as coisas começaram erradas.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Não interrompendo o aparte de V. Exa., e não contraditando V. Exa., veja que quanto há esses desencontros, inventou-se os chamados comandos políticos. E os comandantes políticos regionais podem, perfeitamente, colaborar com os prefeitos e com o Governo na solução desses pequenos problemas.

O sr. Gilberto Carvalho — Mas, é o que está sendo feito. Veja bem V. Exa. quando as coisas começam erradas, quando houve aquele concurso para nomeação de professoras. Professoras de um Município eram nomeadas para outro, e aquela que saía daquele Município vinha de outro Município para onde saíram as professoras. Era preciso uma remoção para normalizar. Mas, existe a falta de professoras. E nós achamos que o Orçamento não oferece condições para abrir o concurso logo em seguida. Foi um meio que o Governo achou para sua solução, como já demonstrou o deputado Ivo Tomazoni, esses contratos de professoras, de duzentos cruzeiros, é o bastante para que os Prefeitos tragam ao conhecimento do Governo, com visto da Inspeção, o número de professoras que foram transferidas e que precisam para o Município, para serem contratadas num caso de emergência, até que se abra um novo concurso. Era este o esclarecimento que queria oferecer a V. Exa.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. Já havia concluído o meu pronunciamento.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

Ó SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Costa, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 15/71 — ex-Proposição n.º 58/71 — oriunda da Mensagem Governamental n.º 20/71, encaminhando cópia de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a União através do Ministério dos Transportes, visando construção, transferência de acervo e indenização das obras da Estrada de Ferro Central do Paraná (Ligação Apucarana — Ponta Grossa). — **Aprovado.**

3a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 22/70, de autoria do dep. Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a promover, através do Departamento de Estradas de Rodagem, o asfaltamento da estrada que liga Centenário do Sul a PR-71, passando por Miraselva. — Parecer favorável da C.C.J., e C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

2a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 65/70, de autoria do dep. Amadeu Puppi, que autoriza o Poder Executivo a considerar de Utilidade Pública, o Centro Passionista de Treinamento de Líderes, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná. — Parecer favorável da C.C.J. — **COM SUBSTITUTIVO GERAL.** — **Aprovado.**

2a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 287/70, de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, a Associação Curitibana de Ensino, desta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 38/71, de autoria do dep. Paulo Poli, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Alto Paraná, a Motoniveladora que especifica. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 51/71, de autoria do dep. Maurício Fruet, que declara de Utilidade Pública a Loja Teosófica do Paraná, com sede e fóro em Curitiba. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

1a. **DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 55/71, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, o Município de Dois Vizinhos, passa a adotar na palavra Vizinhos a letra "Z", conforme procede a Comarca do mesmo nome, e em substituição à letra "S". — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 55/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — O Município de Dois Vizinhos passa a adotar, como de direito, a letra "Z" em Vizinhos, conforme procede a Comarca do mesmo nome, e em substituição à letra S.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1971.

a) Dep. Ivo Tomazoni

#### **JUSTIFICATIVA:**

Ao verificarmos o empenho governamental em oferecer maior apuro cultural e educacional ao nosso povo, concebemos que a todos nós corresponde destinar o maior cuidado no uso de nosso vocábulo.

Por isso mesmo, atentamos para a conveniência de rever um erro involuntário mas que não pode, por omissão ou descaso, alcançar perpetuidade desaconselhável.

O Município de Dois Vizinhos vem adotando erroneamente, a letra "S" na palavra Vizinhos, tornando-se clara imposição a adoção da forma correta de escrever-se a palavra, mormente quando ela, como é o caso presente, serve para a designação de uma importante comunidade estadual que está sujeita não só a atenções dos que a visitam como de todos os que com ela buscam contacto através a validade dos mais variados meios de comunicação.

Depreenda-se, pois, da real intenção deste deputado no trato do caso em tela, toda a dirigida no sentido de, sem ferir melindres ou apontar culpabilidade qualquer a quem quer que seja, rever o erro apontado, atitude que recomendará, indubitavelmente, autoridades o povo do prestigioso e próspero Município de Dois Vizinhos.

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

##### **PARECER ao Projeto de Lei n.º 55/71**

1 — Tratam os autos de Projeto de Lei determinando a adoção da letra "Z", na grafia do nome do Município de Dois Vizinhos, em substituição à letra "S" atualmente e indevidamente em uso por contrariar as normas ortográficas da língua portuguesa.

2 — A iniciativa, além de louvável por demonstrar zelo de seu nobre subscritor à pureza do idioma pátrio, também restabelece uma grafia que, correta, nunca deveria ter sido abandonada, mormente pela adoção de forma espúria como a que agora se pretende corrigir.

3 — Tudo bem visto e analisado, temos, portanto, que o Projeto de Lei em referência é legal e constitucional tendo condições plenas para discussão, votação e aprovação.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 9 de Junho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Acyr José — Relator

Cândido Martins de Oliveira

Gilberto Carvalho

Muggiani Filho

Emílio Carazzzi

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/71, de autoria do dep. Maurício Fruct, fica criada a "Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos", destinada a homenagear os vultos ilustres do Paraná, que se destacaram nos diversos campos de suas atividades. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

##### **PROJETO DE LEI N.º 56/71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### **D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica criada a Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos, destinada a homenagear os vultos ilustres do Paraná, que se destacaram nos diversos campos de suas atividades.

Art. 2.º — A Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos, somente poderá ser proposta à Assembléia Legislativa do Estado, pelo senhor, Governador do Estado ou por parlamentar estadual, sendo concedida após aprovação do Plenário da Casa.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1971.

a) — Maurício Fruct



**JUSTIFICATIVA:**

Visa o Plano de Lei em tela, conforme reza o seu artigo primeiro, com a criação desta Comenda, homenagear os vultos ilustres que possui o nosso Estado, nos diversos campos de suas atividades.

Enquanto Minas Gerais possui a sua "Medalha da Inconfidência", a Guanabara a sua "Comenda Estácio de Sá" e São Paulo a "Medalha dos Bandeirantes", nós do Paraná nada temos a oferecer aos nossos filhos famosos.

Seria a Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos a melhor forma de premiar aqueles que projetaram o nome de nosso Estado, além divisas e além fronteiras, prêmio este, que expressaria toda a gratidão nossa por tudo que eles fizeram pelo Paraná.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PROJETO DE LEI N.º 56/71**

**AUTOR:** Dep. Mauricio Fruet

**SUMULA:** "Cria a Comenda Zacarias de Góes e Vasconcelos, na forma que especifica".

**PARECER**

1) O Projeto em tela foi elaborado com inteira observância ao art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) Referida Proposição é daquelas que, por sua própria natureza, não fere qualquer regra constitucional ou legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa do Autor.

3) Em face de tais razões, somos pela sua aprovação.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1.971.

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

**Gilberto Carvalho** — Relator

**Emílio Carazzzi**

**Cândido Manoel Martins de Oliveira**

**Muggiati Filho**

**Acyr José**

**O SR. PRESIDENTE** — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos à Prefeitura Municipal de Maringá, pelo fato de, através da Secretaria de Educação e Cultura, promover o Festival Sertanejo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de serem tomadas providências quanto ao desmoroamento que vem ocorrendo em frente ao Hospital Regional de Caridade N. Sra. Aparecida, em União da Vitória. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, no sentido de que determine uma série de providências administrativas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, lido da Tribuna, solicitando que a Mesa da Assembléia Legislativa, oficie ao Sr. Procurador da República no Paraná para que tome as medidas cabíveis quanto ao uso indevido do Hino Nacional Brasileiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando do Sr. Secretário de Educação e Cultura, informações varias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, no sentido de que adote providências administrativas dilatando os prazos para os Impostos sobre Circulação de Mercadorias. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expe-

diente de sessão anterior, solicitando votação nominal para o requerimento que se refere à mudança da Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Governador do Estado, no sentido de ser constituída uma Comissão Especial com a finalidade precípua de estudar a transferência da Capital do Estado. — Em discussão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ (Para discutir) — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O sr. Deputado Paulo Poli, na sessão, se não estou enganado, de quinta-feira, apresentou requerimento à Casa no sentido de que se formasse uma Comissão Especial para estudar a conveniência ou não de se mudar a Capital do Estado. Deu como sugestão que a cidade que melhor poderia receber a nova Capital, a cidade que poderia ser a Capital do Paraná...

O sr. Paulo Poli. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Retiro-me ao Município. Acho que o Requerimento que V. Exa. tem em mãos diz ao Município, sem acusar a cidade. Só para esclarecer.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Acento perfeitamente a intervenção. V. Exa. e vou até mais longe, para dizer o que o requerimento esclarece que a Capital ficaria melhor situada no Centro-Oeste e, em especial, particularizando, no Município de Campo Mourão. Na ocasião em que se discutiu o requerimento, travaram-se debates acirradíssimos neste Plenário. Vários Deputados se manifestaram, uns condenando veementemente, outros achando a matéria fora de tempo, mas o fato é que a imprensa deu um destaque impar. Todos os jornais do Estado abordaram o problema. Todos os canais de televisão de nosso Estado deram manchete. As emissoras de rádio fizeram a mesma coisa.

Naquela ocasião e naquela sessão, eu estava presente. Assisti a todos os debates. No entanto, fiquei calado. Totalmente mudo. Não me manifestei. Não dei qualquer opinião, a ponto de um de nossos Deputados estranhar esse meu silêncio e, chegando a afirmar que até parecia uma combinação.

Realmente, naquela oportunidade, não quis me manifestar. Entendia que devia estudar melhor o assunto. Entendia que devia analisar melhor o problema e agora chegou o momento oportuno, o momento certo, para que dê a minha opinião sobre o assunto.

Não dei qualquer opinião, a ponto de um de nossos Deputados estranhar esse silêncio de todo este povo que está assistindo a reunião e também a imprensa bem orientada aqui presente, que o Canal 11, de Apucarana, aliás, aquele que todos ouvem, escutam e assistem foi lá em Campo Mourão, portanto, com extraordinária penetração também noticiou o fato, o que é natural, dado que a matéria realmente empolgou a opinião pública.

Mas, o fez de uma maneira que não posso aceitar porque mentiu, porque falseou a verdade e também porque forjou, com o propósito de intrigar, criar dúvidas e confundir.

Ontem recebi aqui uma Delegação de Janiópolis, Município de minha região, logo depois chegaram companheiros de Araruna, também da minha região. Todos têm televisão por lá e a notícia saiu da seguinte maneira, segundo me foi trazida, porque não a ouvi: O Deputado Paulo Poli apresentou requerimento na Assembléia que tem por objetivo formar uma Comissão para estudar a possibilidade de transferir a Capital do Estado. A região recomendada seria o Município de Campo Mourão. Agora vem — o Deputado Armando Queiroz de Moraes já deu sua opinião; o Deputado Armando Queiroz já manifestou-se para dizer que é frontalmente contrário à transferência da Capital para Campo Mourão; e foi mais além — o sr. Deputado Armando Queiroz de Moraes, nas suas declarações, afirmou que a cidade ideal seria Maringá.

Notícia mentirosa, notícia intrigante, notícia que não corresponde à reali-

dade dos fatos. Vejam bem, srs. Deputados, faço a ressalva, não ouvi a notícia, ela me foi trazida aqui pelo Prefeito, pelo Presidente da Câmara de Vereadores de Janiópolis e ainda por pessoas idôneas de Araruna.

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Armando Queiroz, essa notícia, caso ela tenha sido realmente divulgada pelo Canal 11, como V. Exa. afirma, poderia vir em prejuízo, quem sabe, ao seu comportamento com o povo daquela região.

Todavia, nobre Deputado, aqui neste momento assumo um compromisso. Conheço e gozo da intimidade dos Diretores da Televisão Tibagi, Canal 11, sei que são homens íntegros e jamais faltariam com a verdade. O que pode ter acontecido foi o seguinte: um lapso na notícia chegada ao Município de Apucarana. Assumo o compromisso com V. Exa. de conversar com os Diretores da Televisão Tibagi e tenho certeza que haverão de divulgar segunda notícia para que a verdade fique bem esclarecida quanto ao comportamento de V. Exa. aqui nesta Casa de Leis.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Parece que a imprensa de Curitiba não noticiou fato semelhante. Estive ausente sexta-feira, sábado e domingo. Não li os jornais de sexta-feira, sábado e domingo. Mas ouvindo, falando e comentando com meus filhos e minha esposa, que lêem os jornais, nenhum deles, nem mesmo "O Estado do Paraná" que pertence à cadeia da TV Iguaçu — Canal 4, teria dado essa notícia.

A notícia saiu através do Canal 11 de Apucarana, que é exatamente aquela que tem audiência na minha cidade.

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

A única pessoa que usou da Tribuna e citou o nome de Maringá foi o ilustre deputado Erondy Silvério, que fez assim uma menção, que poderia tratar-se de uma jogada em termos de que hoje se apresentaria aqui um pedido para Campo Mourão, e amanhã seria apresentada uma Emenda levando para a cidade de Maringá, a Capital.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Acho meu dever, prestar o meu depoimento e, vem em abono ao que V. Exa. está dizendo, da Tribuna.

V. Exa. não se manifestou realmente, nem a favor nem contra o requerimento do Deputado Paulo Poli, é naturalmente confusão feita pelo Canal 11, porque não creio que os dirigentes daquela Emissora tivessem a idéia preconcebida de prejudicá-lo politicamente na sua região, mas, a confusão nasceu de um aparte que ofereci ao Deputado Paulo Poli, quando, quando, na oportunidade, estranhava o silêncio de V. Exa., representante que é também, da região Centro Oeste do Paraná, notadamente de Campo Mourão. Aí é que eu achava que entrava o jogo político do sr. Governador. Errei. Também quando a gente erra no raciocínio e no pré julgamento, tem o dever de confessar publicamente. Errei, porque, através de nota oficial, o sr. Governador disse que a sua administração está voltada para outros problemas de administração, o que é louvável da parte de Sua Excelência. Não fôsse eu da oposição até faria um pronunciamento favorável ao Governo do Estado porque ele definiu claramente a posição do Governo com relação ao momentoso assunto. Pareceu-me um jogo político porque V. Exa., astuto como é e parlamentar de longa experiência, não embarcou de pronto na canoa que lhe apresentou o seu opositor político da região, resguardando-se para, em outra oportunidade, entrar com a turma do "deixa disso" e transferir a Capital do Paraná para Campo Mourão, o que aliás é um sonho secreto do Governador do Estado. Talvez ele foi premido pelas circunstâncias e distribuiu a nota oficial do Governo do Estado com relação à sua atitude, talvez devido à reação não dos srs. Deputados presente à sessão, mas, com relação à reação da população de Curitiba, que não vê motivos plausíveis e justificáveis, nem, a curto nem a longo prazo para que se trate de um assunto tão delicado, mormente quando se fala na necessidade de interiorização para a defesa do Go-

verno mirando-se no exemplo de Juscelino Kubistchek, que não fez, nada mais nada menos, do que cumprir um dispositivo constitucional existente desde 1894, porém no caso do Paraná trata-se apenas de uma promoção política. Nesta oportunidade, quero pedir escusas a V. Exa., sabendo que V. Exa. não estava incluído no jogo político do Deputado Paulo Poli. Fiz o meu julgamento errôneo, quero abonar inclusive a tese de V. Exa. e dizer alto e a bom som que V. Exa. não se pronunciou nem a favor, nem contra, portanto, a notícia da televisão nem porisso é um pouco estranha, mas talvez foi motivada pela confusão feita àquela tarde nesta Casa.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Faço questão de repetir, que fique bem claro e eu tenha as minhas cautelas naturais ao fazer as afirmações que fiz. Vou pedir escusas aos srs. Deputados.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Eu, com toda educação, gostaria de responder ao eminente deputado Erondy Silvério, que hoje se encontra calmo, em condições de diálogo, o que eu agradeço. Não era absolutamente o meu objetivo, fazer promoções políticas, porque se assim entendesse, eu teria tirado certidões dos pronunciamentos já feitos e requerimentos já apresentados na gestão passada, na outra Legislatura, e teria usado dessa arma nas vésperas das eleições, quando pleiteava a reeleição.

Portanto, estou fazendo isto exatamente após as eleições, porque acredito nisto. E era só esta a primeira informação.

A segunda parte, nobre deputado Armando Queiroz, gostaria de informar a V. Exa. que em casa, à noite inteira, recebo dois tipos de telefonemas. Telefonema interurbano, do interior, congratulando-se com a idéia, cujo lançamento vem sendo reiterado agora. E telefonemas de outras regiões, notadamente da Capital, que são na maioria, marotos. Em todos estes telefonemas, alguns deles, me informaram o que ocorreu com este engano, desta notícia divulgada através do Canal 11. Portanto, tem procedência. Lamento, se de fato foi posta desta forma. Honestamente, muito embora o objetivo não sei qual tivesse, quem sabem, procurando me beneficiar, mas lamento, e acho, de fato, cometeram um engano.

Agora, o deputado Erondy Silvério no aparte que fez, colocou o verbo no condicional, apenas colaborando com o aparte do deputado Erondy Silvério. Ele diz que algum dia que ocupava a Tribuna, que estranhava o silêncio de V. Exa. e que isto **poderia**, colocou no condicional, ser manobra oriunda do Iguacu, que deseja tratar da transferência da Capital com referência, quem sabe, de uma terceira pessoa. Esta era a intervenção que eu gostaria de saber. Porque eu já havia conversado com os demais colegas, fazendo um apêlo mesmo para que este assunto fôsse rapidamente liquidado, não se discutisse mais, porque eu estava sofrendo muito com os ataques de um lado, e aplausos de outro. Entendia que devíamos, com os nossos companheiros, dar o episódio por encerrado, em harmonia. Naturalmente, V. Exa. que não havia discutido, não foi alertado, foi à Tribuna. Eu já havia pedido para os Deputados que simplesmente votassem a matéria, sem maiores alardes. E como vê, se eu quisesse, se fôsse esta a minha intenção, eu iria discutir, iria ter nova promoção, mas fiz exatamente o contrário.

Pedi aos srs. Deputados que aqui representam Curitiba, inclusive, ao deputado Erondy Silvério e Nelson Buffara, que me atendessem, não discutindo hoje, esta matéria que já está se tornando cansativa. Que estava havendo uma interpretação errônea e que podia magoar alguns dos nossos companheiros. Estava, exatamente, procurando ressaltar, principalmente, a figura política de V. Exa. Era o aparte.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Nobre Deputado, há de convir V. Exa. que minha posição neste episódio, precisava ser explicado. Afinal, fui indagado nesta Casa. Não sei se por todos os srs. Deputados, mas por um cem número deles, perguntando de que maneira eu iria me situar neste problema.

Quanto a mim me perguntam isto, e eu acredito sinceramente que devo dar a minha posição neste episódio, não só como deferência aos srs. Deputados, que me perguntaram, e também Senhores, em deferência à cidade de Campo Mourão, e toda aquela região, que pela terceira vez me conduzem a esta Casa.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Armando Queiroz, quero apenas num dever de justiça a V. Exa., prestar aqui o meu depoimento com relação às notícias vinculadas por um Canal de Televisão, situado no Norte do Estado e que procuraram, invertendo completamente a ordem das coisas, mas pode estar certo V. Exa. que o objetivo daquele Canal de Televisão não foi nunca atingir V. Exa.. O que eles pretendiam era atingir o Governador do Estado, Dr. Haroldo Leon Peres, mas o Governador do Estado, através de uma nota oficial, já colocou uma pedra sobre o assunto, dizendo, para o conhecimento do Paraná, a sua posição e o nobre Deputado Erondy Silvério, na sessão de ontem, ainda se não me engano, através de uma interferência que fez ao orador que ocupava a Tribuna, fez justiça e reconheceu, de público, que também estava enganado, pensando e entendendo que pudesse por traz de tudo isto, haver uma manobra de interesse particular do Sr. Governador do Estado, e eu não vejo, nobre Deputado Armando Queiroz, nada de mais no requerimento do nobre Deputado Paulo Poli, quando ele solicitou a criação de uma Comissão Especial para estudar a possibilidade ou não, a conveniência ou não da mudança da Capital para o Município de Campo Mourão. É um direito legítimo que tem o nobre Deputado, de assim pensar. Quisera também poder mudar a Capital do Estado para a minha cidade de Irati, mas, infelizmente, eu já afirmei aqui que a nossa Bancada, a Bancada do Governo, com assento nesta Casa, está liberada para votar, cada um independentemente e de acordo com as suas conveniências neste assunto, porque eu entendo e quero também afirmar neste aparte, que concordo e votei favorável ao primeiro requerimento de autoria do nobre deputado Paulo Poli, para que a votação fosse nominal. Porque acho e entendo que cada um de nós tem o dever de assumir a responsabilidade de seus atos. Razão porque iremos votar nominalmente, cada um de nós, eu quero e já afirmei que a Bancada está liberada, mas eu não deixo de reconhecer a validade das intenções do nobre Deputado Paulo Poli, mas também, não deixo de reconhecer a improcedência, a inconveniência e a impossibilidade de que ele atinja seu objetivo, que acredito, seja honesto, sincero, porque todos nós, cada um dos srs. têm a vontade, o desejo supremo de poder levar a Capital para sua região. De modo que para fazer justiça a V. Exa. porque V. Exa. não se pronunciou até hoje. Razão porque o Canal de TV não teve intenção talvez de atingir V. Exa.. Ele queria era atingir a pessoa do Sr. Governador. Esta é a intenção do Canal de TV de Apucarana.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Primeiramente, respondo ao sr. deputado Paulo Poli. A notícia veio-me através de companheiros de Janiópolis e Araruna e agora o nobre Deputado a confirma.

Com relação ao aparte do deputado João Mansur, contesto-o em parte, já que não posso accitar a sua argumentação.

Não posso, porque se o objetivo da notícia fosse atingir tão só o sr. Governador, então como se explicar o uso do nome deste Deputado, que é de Campo Mourão e não um outro Deputado do Paraná? Porque nesta emergência e, segundo a notícia, o único Deputado que poderia ser prejudicado nesta Casa, seria eu e nenhum outro. Porque tenho como ponto de apoio, como base política e não abro mão dela, a cidade de Campo Mourão. E foi naquela terra que eu ajudei a formar e crescer, que jogaram esta semente venenosa com o propósito de perturbar, de complicar, de intrigar e de difamar a minha atuação nesta Casa, com relação aos problemas daquela cidade.

O Sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Tem o aparte V. Exa..

O sr. Erondy Silvério — Agradeço a V. Exa. e tenho a dizer que o objetivo

do meu aparte era apenas para solicitar ao Sr. Líder do Governo uma pequena correção numa afirmação feita por S. Exa. num aparte que lhe ofereceu a V. Exa.

Quando ele disse que eu havia confessado da Tribuna, publicamente, ter me enganado nos objetivos do Sr. Governador do Estado. Que o Sr. Governador do Estado não tinha interesse particular no assunto. O que eu afirmei, é que o Sr. Governador tinha interesse político e não particular. Disse interesse político. Isso é importante, porque acho que um Governador, quando tem, em matéria de interesse público, interesse particular, é porque é desonesto. Eu jamais afirmei isto nesta Casa. Não há prova nenhuma, nos primeiros meses da administração de S. Exa., que tenha sido desonesto. Interesse político; nunca particular. Esta correção eu gostaria que o Sr. Líder do Governo

O que afirmei é que pensava que o Sr. Governador teria interesse político; nunca particular. Esta correção eu gostaria que o Sr. Líder do Governo fizesse.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Com permissão do nobre orador; jamais pretendi, com isso, atingir o nobre Deputado Erondy Silvério. Apenas quis, colaborando com V. Exa., dizer aquilo que o nobre Deputado Erondy Silvério disse, que também havia se enganado quando pensava e entendia que não havia falado em interesse particular e nem político; apenas interesse. Jamais estaria querendo aqui envolver o nobre deputado Erondy Silvério.

Se afirmei interesses particulares, retiro a expressão, para dizer que o Governo não tinha interesse nenhum.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Retornando, Srs. Deputados, ao assunto que eu estava abordando e que a sucessão de apartes interrompeu — eu lhes quero pedir um pouco de paciência, eu lhes quero pedir desculpas, porque eu preciso justificar a minha tomada de posição. Os Senhores me compreendam, porque realmente o assunto empolga.

A cidade de Campo Mourão está em jogo. Uma porção de coisas que envolvem o problema, não podem deixar também de ser consideradas.

Mas, vamos lá, srs. Deputados. Quero dizer inicialmente que a minha vida no Estado do Paraná; minha vida como homem, como cidadão, como profissional, ela se iniciou em Campo Mourão.

Cheguei naquela cidade no tempo em que era ainda vila, em 1951, no dia 23 de março. Foi ali, sr. Presidente, que tive a honra, no dia 1.º de abril daquele mesmo ano, de inaugurar o Juri daquela cidade. Para que todos os Senhores façam uma ideia do que era Campo Mourão naquele tempo, vou só dar um exemplo. Em outubro daquele mesmo ano fui convocado, pelo Juiz de Direito, para participar de uma junta apuradora de uma eleição municipal e, atendendo ao convite, fui e participei da apuração. Naquela região que vai do rio Ivaí até o rio Piquiri e pelo Oeste até o rio Paraná, votaram, naquela ocasião, 1.400 eleitores, aproximadamente. Pois bem. Naquela mesma região, que era um Município só e que hoje se desdobra em cerca de 60 ou 70, há cerca de 500 mil eleitores. Os senhores analisem o que deveria ser aquela região, naquele tempo.

Não se falava em Umuarama, não se falava em Cianorte, não se falava, praticamente, em todos aqueles Municípios que brotaram naquela região, porque, simplesmente não existiam. Era puro mato. Só mato. Não tínhamos ligação com Maringá, por estrada de rodagem, a não ser uma verdadeira picada e quem por ali se atrevesse a passar que fôsse disposto a pernoitar, como o fiz muitas vezes, dormindo no meio do mato, com o carro encalhado, sem ter alguém que pudesse socorrer.

Cheguei lá, acreditei na vila, acreditei na cidade. Levei minha família, minha mulher e duas filhas pequenas, uma ainda com cinco meses de idade.

Participei, daquela data em diante, praticamente em todos os empreendimentos que se fizeram naquela cidade.

No setor do ensino, participei intensamente na criação do Ginásio. Cola-

borei com meu trabalho, com meu dinheiro e dei aula de graça um ano inteiro para que o Ginásio se consolidasse.

No setor de agricultura abri um sítio, plantei café e hoje não o tenho mais.

No setor da indústria, associei-me com um bom amigo, numia sociedade que explorava o ramo de madeira e na qual tenho ainda uma pequena parcela.

No setor profissional, advoguei por muitos e muitos anos e instalei, graças a Deus, um extraordinário escritório de advocacia em Campo Mourão.

No setor espiritual estava sempre ajudando e tive também a honra de ser o orador oficial da cidade no dia em que se instalou a Diocese de Campo Mourão, fazendo a saudação ao Bispo que chegava e que estava em companhia do então Governador, Moysés Lupion.

Não houve, srs. Deputados, um só setor daquela cidade em que não tivesse participado, com exceção de um — não me envolvi em atividades político-partidárias. Não pertencia ao PSD, à UDN, nem ao PTB.

Mas, quero dizer que, por espírito cívico, participava de todas as campanhas, procurando, com meus discursos, com minhas palavras, com meu comportamento, procurando ajudar aqueles candidatos que no meu entendimento, pudessem ser melhor para a minha cidade, para o Paraná. E fui, nessa ocasião, participante de um sem número de comícios, mas sem ter qualquer filiação partidária.

Pois bem, srs. Deputados, houve mesmo uma ocasião em que fui convidado, por todos os partidos políticos reunidos, para ser prefeito, candidato único da cidade, e não aceitei.

E assim foi desenvolvendo a minha vida naquela cidade.

Veio uma outra fase, a fase política. Disputei a primeira eleição, perdi na cidade de Campo Mourão; perdi para o sr. deputado Paulo Poli. Veio a segunda eleição, ganhei, e veio a última, agora, também ganhei.

Nesses oito anos e meio de Deputado, a minha cidade sabe disso, tenho feito tudo o que é possível para ajudá-la. Tenho trabalhado, tenho lutado, tenho me esforçado, no sentido de projetar aquela cidade que é minha, que ajudei a crescer e formar. Cidade que visito, praticamente, todos os meses. E onde, até hoje, tenho os mais extraordinários amigos que fiz em toda minha vida.

Pois bem. Então, os srs. Deputados acham que num momento dêste, quando um Deputado apresenta um requerimento, dizendo e sugerindo que lá, naquele Município, seria o local ideal para a futura sede do Governo; os srs. acham que, com vinte anos de Campo Mourão iria votar contra. Nunca, de maneira alguma. Todos os senhores sabem que não mantenho relações cordiais com o deputado Paulo Poli. As nossas relações são simplesmente de "bom dia", "boa tarde", mas, neste episódio, srs. Deputados, estou do lado dêle. Dou as mãos a êle. Seremos talvez os dois únicos votos para que a Capital vá para Campo Mourão. Não poderia ter outro comportamento, de forma nenhuma, srs. Deputados, porque, se o tivesse, estaria renegando um trabalho de vinte anos em benefício da minha cidade, de minha região.

Eu não faria isso, de forma nenhuma.

E agora lhes explico porque o silêncio daquela sessão. Porque queria vir aqui, de público, em discurso e não em aparte, trazer minha posição, para que ninguém dela ousasse duvidar, para que nenhuma emissora de televisão pudesse sair dizendo bobagens e mentiras pelo Paraná afora porque afinal, a simples notícia de um reporter mal informada e maledicente não teria o alcance para pôr em dúvida tudo aquilo que já se disse e já se fez em benefício da região.

Ele que volte para trás e veja o que é a minha cidade e se convença de que uma notícia dêste tamanho, uma notícia maliciosa, cheia de veneno, uma notícia que não tinha e não tem cunho de veracidade, pudesse trazer alguma dúvida no espírito daquele povo que me deu, srs. Deputados, cinco mil

e não sei quantos votos na eleição de 66. Lembro que o segundo colocado fez mil e poucos votos. E não seria agora, nessa e última eleição que este povo iria duvidar de mim, por isso me deu quase cinco mil votos. O segundo colocado da ARENA fez 256 votos.

O sr. João Mansur — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento) Como podemos verificar, a Casa inteira está assistindo com muita atenção o pronunciamento, o feliz pronunciamento que V.Exa. faz nesta tarde de hoje. Quero louvar a atitude de V.Exa.. Nós não poderíamos esperar outra posição de V.Exa., senão essa, e quero afirmar aqui, que fico satisfeito, nobre Deputado, porque se a iniciativa do eminente Deputado e meu amigo Paulo Poli não lograr êxito na transferência da Capital de Curitiba para o Município de Campo Mourão, aquele Município crescente, que vem se desenvolvendo dia a dia, trazendo sua contribuição ao Estado do Paraná, se essa proposição do deputado Paulo Poli não lograr êxito na tarde de hoje, aqui perante os Deputados, ela conseguiu, em parte, um grande objetivo, que foi a reconciliação, a união dos dois representantes, que agora juntos vão continuar lutando não só por Campo Mourão, como pelo Paraná inteiro. Congratulo-me com V.Exa., respeito a posição de V.Exa. no voto que irá proferir em favor da transferência, porque conheço sua vida pública, seu trabalho desenvolvido em favor daquela região e do amor que dedica àquele Município e àquela gente.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Mais uma vez não posso aceitar o raciocínio completo de V. Exa., pois às vezes que nesta Casa entrou em jogo interesse de Campo Mourão, eu e o deputado Paulo Poli nunca fomos divergentes.

O sr. João Mansur — Razão porque estou louvando a atitude.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Quero fazer mais uma justiça ao Deputado Paulo Poli. Não sei se ele conseguirá êxito neste seu pensamento e neste seu propósito, no entanto, é preciso que se reconheça e se faça justiça. Curitiba está crescendo. Um dia, não sei quando, daqui a 50, 100 ou 200 anos, este assunto voltará a debate e quando se escrever a história desse episódio, os Senhores não tenham dúvida, nela será escrito que o deputado Paulo Poli foi o homem que teve a idéia pioneira. Este mérito, pelo menos, ele tem, ninguém lhe vai tirar.

O sr. Antônio Belinati — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nós não somos aqui representantes de Campo Mourão, se bem que Deputado é representante de todo o Paraná. Fizemos poucos votos em Campo Mourão, mas resta uma interrogação no ar. Será que o povo de Campo Mourão gostaria de sediar ali a Capital do Paraná, levando-se em conta que nas Capitais o povo não tem o direito de escolher seu Prefeito, como o povo de Campo Mourão faz hoje? O povo lá é livre, soberano, para escolher seu Prefeito. E se algum dia vingar a idéia de se levar para lá a Capital do Paraná, estaria o povo perdendo esse direito de escolher o chefe do Executivo Municipal. Então resta essa dúvida no ar, se o povo continuaria satisfeito de ser a sede da Capital do Paraná, porém, privado do direito de escolher seu prefeito pelo voto secreto.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Deputado o aparte de V.Exa. fazendo esta comparação está meio difícil de responder. Acredito que entre esta ser Capital do Estado com todas as honras, vantagens e progresso e não eleger Prefeito vai uma grande distância.

O sr. Nelson Buffara — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento) V.Exa. disse que naturalmente daqui a cinquenta, cem ou duzentos anos talvez o assunto voltará à baila.

Indago, o crescimento de uma cidade implica em mudar-se a Capital?

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Responderei com todo o cavalheirismo o seu aparte. Não sei se sabem, se tiveram conhecimento, mas esta idéia de transferir a sede da Capital para Campo Mourão, idéia esta que volta a debate, o sr. deputado Paulo Poli a vem abordando, se não estou enganado, há seis ou sete anos atrás. Não é de agora.

Naquele tempo já se falava nisso, hoje se volta a falar e não tenha dú-



vida que o assunto voltará nesta e na próxima Legislatura. Isto é sintomático. Ele voltará em todas as Legislaturas que se seguirem. Não sei em que época e em que ano, mas o problema será sempre focalizado. Não tenham dúvida. Basta correr os olhos para exemplos deste País. Temos o caso de Goiânia, o caso de Belo Horizonte, o caso de Brasília. Hoje o problema está amargurando São Paulo, fala-se em levar a Capital para Campinas, Baurú e não sei mais onde.

Quero crer que esta matéria será sempre uma constante nesta Casa e será sempre normal que Deputados vinculados à Capital se levantem contra a idéia. Isto, aliás, é um direito e se deve reconhecer.

O fato é que esta idéia jamais morrerá. Hoje vemos que muita gente recrimina a transferência da Capital Federal para Brasília. O carioca aceitou mas ficaria duplamente contente se voltasse. O problema será motivo de eterna discussão, ou não muda. Agora dizer quando vai surgir o problema, não sei.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sinto-me no dever de fazer a esta Casa este esclarecimento.

Há muitos anos, nos idos de 1930, já o falecido irmão da senhora minha mãe, Romão Gomes, que fôra Comandante da Polícia de São Paulo, que fôra o cidadão que criou a Polícia Militar, que foi Deputado Estadual e Deputado Federal por São Paulo, meu tio e irmão de minha mãe...

O SR. ARMANDO QUEIROZ — E foi mais. Romão Gomes foi Comandante da "Coluna Romão Gomes" nos idos de 1932 e herói do Estado de São Paulo.

O sr. Paulo Poli — Realmente, tinha uma coluna com seu nome. Estou citando esta passagem para que todos vejam o meu objetivo. Em 1932, quando Getúlio Vargas venceu a Revolução, como Romão Gomes defendia a tese da mudança da Capital, Getúlio o exilou para a Espanha. Foi exilado. Hoje cassa-se os mandatos, naquela época cassava-se e exilava-se.

Ilustre representante de Paranaguá, veja que o tempo talvez não vá a tanto como V. Exa. teria assim ilustremente afirmado, porque de lá para cá não apenas 40 anos e hoje, com a poluição do ar e da água, nós vamos chegar um dia em que aqui em Curitiba — veja bem, aqui em Curitiba e nós em Campo Mourão, eu e V. Exa. cujo mérito divido nesta empreitada, porque nunca no passado, quando divergíamos violentamente, V. Exa. foi contra esta idéia; então eu quero dizer que, tenho a certeza de que na Capital do Paraná de hoje, Curitiba, o nosso nome vai ser rememorado com muita saudade, na época em que sentirem o que hoje sente São Paulo, que se ressenete da poluição.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Vou concluir. Já dei, já explanei, já disse o que eu penso e dei a minha posição neste episódio. Espero que os Senhores a tenham compreendido, como eu também compreendo a posição dos outros que não aceitam a idéia; problema de consciência de cada um, mas, eu queria fazer um apêlo aos Srs. Deputados. Afinal, o que o nobre Deputado deseja não é mudar a Capital, ele deseja que se organize uma Comissão para estudar o problema. Assim venho fazer um apêlo a todos os Srs. Deputados, para que votem favoravelmente à idéia do nobre deputado Paulo Poli.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão.

O SR. NIVALDO KRÜGER — (Para discutir) — Apenas desejo dar uma informação à Casa, de que a Matéria tomou caráter mais amplo e entendo que é necessário que a nossa Bancada não fique totalmente omissa diante deste fato.

Assisti há poucos instantes um discurso magnífico, de um homem vinculado a uma região, discurso até patético dando as razões de sua posição, e eu quero cumprimentar o nobre deputado Armando Queiroz que, no meu entender, é quem sai realmente valorizado deste episódio. A cautela é uma virtude que nem sempre é cultivada. Teve Sua Excelência a cautela de permanecer tranqüilo enquanto se encapelava o mar em torno desta questão. As notícias correram e Sua Excelência teve uma oportunidade extraordinária

de fazer uma demonstração de amor à sua terra, de solidariedade a uma pretensão do seu concorrente local, o Deputado Paulo Poli. Respeito o entendimento de Sua Excelência, que deve se criar uma Comissão; afinal de contas nós somos uma Casa eclética composta de 47 membros, é natural que cada um entenda as coisas como queira entender, como natural também é a posição assumida, no meu entender, como se vê aqui, da maioria, em rejeitar este Projeto. Este requerimento teve aqui uma virtude que quero registrar, como homem de oposição: não me passou despercebida a falta de entrosamento na Bancada governista, talvez por isso eu veja, pelas manifestações, que é uma reação que eu sinto. S.Exa. e sr. Governador do Estado, neste ponto, estamos solidários com S.Exa., entendo que são assuntos mais importantes, com os quais o Governo está preocupado. De forma que nós, a nossa Bancada, está de pleno acôrdo com a opinião do Governador do Estado. Realmente, existe assuntos mais prementes, e votaremos pela rejeição do projeto, admitindo, aceitando, concordando, com o direito do Deputado de apresentar o seu requerimento.

O sr. Paulo Poli — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. com esta astúcia, aliás cuja inteligência lhe é peculiar, e eu tenho que homenagear V.Exa. por esta inteligência tão brilhante, talvez, tenha se omitido ou talvez não tenha estado atento, quando iniciava o debate desta matéria da Tribuna. Iniciei um diálogo com o deputado João Mansur, sentado aqui ao seu lado, acende se encontra o deputado Arthur de Souza, pedindo a ele, que a tese que eu iria apresentar, disciplinado como sou, pedi a ele, que liberasse a Bancada para votar como bem entendesse. Como vê V.Exa., não há indisciplina.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Não me refiro à indisciplina, nobre Deputado.

O sr. Paulo Poli — V.Exa. vê como disse, que não há entrosamento...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Não, de sintonia entre o pensamento do Governante e de sua Bancada.

O sr. Paulo Poli — Então eu já chego lá. A minha posição de Vice-Líder, e de amigo particular do Governador, tão explorado pelo Canal 4, aqui em posição inversa ao Canal 11, faz com que eu ressalve esta situação.

Eu, quando ocupava a Tribuna, destitui inclusive, da posição de Vice-Líder, eu falei em meu nome pessoal, e deixei a Casa à vontade, não era uma tese do Governo, longe de mim.

Portanto, nobre Deputado, se eu perder esta batalha hoje, quero informar a V. Exa. que votarei, não há problema. Sei o que faço, tenho a cabeça no lugar, é o meu ponto de vista. Somente eu, apelaria a V.Exa. que não coloque mal os Srs. Deputados que representam Cianorte e outros Municípios do Interior, que têm recebido de lá, telefonemas.

Acho que V.Exa. devia, como fez o nobre deputado João Mansur, liberar a vossa Bancada...

O SR. NIVALDO KRÜGER — Compreendo o apêlo de V.Exa., mas V.Exa. deu uma sugestão notabilíssima, eu libero a Bancada, ela fica liberada para votar como bem entender.

Agora, falando em oportunidade, da mudança, se fôsse o caso, da Capital para o Interior do Estado, não gostaria de citar Campo Mourão, como V.Exa. faz muito bem em solicitar para esta cidade, quero dizer a V.Exa., que Campo Mourão foi distrito de Guarapuava, que Guarapuava é uma cidade histórica, numa divisão desta ordem, creio que os governantes não deixariam, até por atavismo, de encaminhar a belíssima Capital do Paraná para os belíssimos campos do Centro-Oeste do Paraná, a belíssima Guarapuava que tem todas as condições.

Nesta hora, é lógico, não há cidade que não tenha condições.

O sr. Armando Queiroz — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Para atender Guarapuava, já estamos tratando da estrada que vai de Campo Mourão à Guarapuava.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Muito obrigado, quero mais uma vez cumprimentar V. Exa.

Mas, sr. Presidente, é magnífico que tenhamos nossa vivência aqui nesta Assembléia, cordial, cada um defendendo o seu ponto de vista, chegarmos a um fim de sessão, nestas condições.

Muito obrigado. (Sem revisão do crador)

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão o requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. HELIO MANFRINATO — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Hélio Manfrinato.

O SR. HELIO MANFRINATO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ouvi o magnífico discurso do Bacharel e Deputado, Armando Queiroz; ouvi os apartes, ouvi o autor do requerimento, eminente Deputado Paulo Poli. Mas quando, requerimento encaminhado hoje nesta Casa, que pede a constituição de uma Comissão para estudar a mudança da Capital curitibana para a cidade de Campo Mourão, o Deputado autor do projeto, ou melhor do requerimento eu também sou deputado do Norte, vizinho do Município de Campo Mourão.

O sr. Paulo Poli — Para honra e alegria nossa.

O SR. HELIO MANFRINATO — Logo nos estudos que esta Comissão, naturalmente vai verificar que Campo Mourão é na realidade uma cidade promissora, mas que sua condição geográfica, cheia de relêvo é uma posição que não oferece, entre altos e baixos, uma planície para a indicada Capital, mas votarei com V. Exa. salvando uma emenda, levando esta sua idéia para a minha cidade e do ilustre deputado Cívico Franconi. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão o requerimento do Sr. deputado Paulo Poli.

Encerrada a discussão. Solicito ao sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos srs. Deputados. A aprovação do requerimento será feita mediante votação nominal, conforme decidiu o Plenário. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento, responderão com a palavra "sim", e os que forem contrários responderão com a palavra "não".

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Procede a chamada nominal.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para uma sugestão. A matéria é importante. Pediria que quando constar que o Deputado não está na Casa determinasse V. Exa. ao Sr. Secretário que dissesse a palavra "ausente" para orientação nossa.

O SR. PRESIDENTE — Pois não. Aceito a sugestão do nobre Deputado Paulo Poli.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Continua a chamada do Sr. Antônio Belinati até o Sr. Antônio Lopes Jr.)

O SR. ANTONIO LOPES JR. — (Pela ordem) Sr. Presidente, vou votar contrariamente ao requerimento, mas o faço na forma regimental, como justificação de voto, por economia de tempo. Não vou discutir.

(É encaminhada à Mesa, a seguinte justificação de voto)

#### “JUSTIFICATIVA DE VOTO

Está em votação o requerimento do sr. Paulo Poli, solicitando seja estudada a possibilidade de se mudar a Capital para Campo Mourão.

O assunto deve ser encarado da seguinte forma. A idéia de se estudar uma possível mudança da Capital é válida. E se estudar, porém, sem destinação prévia. Primeiro porque não se deve pensar nunca em mudar para uma cidade feita, mas, então, para uma nova cidade a ser ainda erigida, para que não venha mais tarde se tornar uma Capital com os problemas que

afligem os grandes aglomerados humanos. O centro geográfico do Paraná, deve estar na zona de Reserva a Cândido de Abreu.

O pensamento do Sr. Deputado Paulo Poli é válido no que se refere à mudança. É um seu direito e legítimo o de apresentar o requerimento e também o de indicar Campo Mourão como possível sede.

O meu voto é contrário ao requerimento face à indicação prévia de sede, porque esta também deve ser motivo de estudos e localização.

Esta votação é histórica pela iniciativa e para efeito de economia de tempo do expediente, deixo de discutir para justificar meu voto na forma regimental.

Sala das Sessões, em 17-8-1971.

(a) Antônio Lopes Jr."

O SR. 1.º SECRETARIO — (Termina a chamada, para votação).

O SR. PRESIDENTE — O resultado da votação é o seguinte:

Votaram 32 Srs. Deputados. 22 Srs. Deputados votaram "não"; 10 Srs. Deputados votaram "sim".

Solicito ao Sr. 2.º Secretário que confirme a votação.

O SR. 2.º SECRETARIO — Confirmando a votação, sr. Presidente; 10 Srs. Deputados votaram "sim"; 22 Srs. Deputados votaram "não".

O SR. PRESIDENTE — Rejeitado o requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão. Comunico, aos Srs. Deputados, que a sessão de amanhã terá caráter especial, pois constará apenas de palestra a ser proferida pelo Sr. Secretário de Educação e Cultura, sobre "Reforma do Ensino".

A Ordem do Dia para a sessão ordinária de quinta-feira, dia 19, será a seguinte:

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs.: 89/71; 103/71;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 287/70; 38/71; 51/71;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 55/71; 56/71;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei ns. 93/70; 245/70.

Para a sessão ordinária, matinal, de sexta-feira, fica marcada desde já, a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 165/70; 173/70; 231/70;

249/70; 257/70; 1/71.

Levanta-se a sessão.